

A «Frente interna»

Com a morte anunciada do sistema colonial, na chamada Frente interna, Jardim não é o único a movimentar-se. Existiram outras forças que tentaram a sua oportunidade. Entre elas está a superactiva Dr.^a Joana Simeão.

A moçambicana era visita frequente da missão diplomática dos EUA em Moçambique. A 24-10-1973, o cônsul norte-americano MacDougall recebe-a em sua casa³²⁸ para uma conversa que durou mais de duas horas.

Joana deu-lhe conta da formação do GUMO, dos contactos de Máximo Dias em Lisboa, que assumia a presidência do grupo.

Crítica alguns dos candidatos locais à Assembleia Nacional³²⁹, ao mesmo tempo que elogia outros que forçosamente tinham simpatias para com o GUMO³³⁰. E é impiedosa no que se refere ao Dr. Miguel Artur Murupa, negando qualquer ligação ao advogado Domingos Arouca, porque «não queria ser manchada de acusações de ligação aos comunistas ou à oposição portuguesa». Através de uma filha do industrial português António Champalimaud tinha obtido o seu apoio, e afirma que nessa semana se iria encontrar com Jorge Jardim. Mas coloca sérias dúvidas acerca do apoio do engenheiro, pois ele estaria mais interessado numa solução do tipo rodesiana e que Jardim «precisava mais de nós do que nós dele».

Telegrama referenciado R161335Z OCT 73.

Felisberto Machatine, Assahel Mazula e Domingos dos Santos Xavier.

Casos de Tito Jeque e Almeida Penicela.

O encarregado da missão diplomática em Lourenço Marques, Van Oss Hendrick, duvida da genuinidade da Dr.^a Simeão. Entende que o GUMO deve ter «cobertura portuguesa, talvez até mesmo mais do que Simeão pensa» e recomenda a Washington que espere, não só para avaliar a capacidade de sobrevivência do grupo, mas sobretudo pela «prova do apoio português».

Mais uma vez constatam que a política era alguém a observar, porque se tratava da «única mulher universitária negra, educada, politicamente consciente». Além de que era dinâmica e agressiva, e disso ninguém duvidava. Um dia, nos inícios dos anos sessenta, na cidade de Argel, o Dr. Pascoal Mocumbi, então representante da FRELIMO naquele país, promoveu um encontro na sua residência para tentar sanar as divergências entre Joana e o seu marido. Para surpresa de todos, esta tinha aquecido azeite, atirando-o sobre o cônjuge, provocando-lhe sérias queimaduras. Acto que lhe conferiu fama e inspirou terror. Se se comportava assim numa tentativa de apaziguamento, ainda por cima em casa de terceiros, qual seria o tratamento para com os seus inimigos?

Numa carta «muito secreta» descreve o encontro havido com Jorge Jardim a 22 de Outubro de 1973 para uma «revisão total do panorama de Moçambique»³³¹. Jardim esconde-lhe as suas negociações de Lusaka e recusa a sua participação no GUMO por ser «prejudicial», ficando a dúvida se o prejuízo era para ele ou para o grupo. Fica, no entanto, acordado que poderiam ser estabelecidas áreas futuras de colaboração.

A PIDE³³² sabe do encontro havido entre Joana Simeão e Jardim e também do convite para este integrar o projecto do GUMO. «O Eng.º Jorge Jardim teria pedido 3 dias para reflectir e a 25 do mesmo mês partiu da Beira para Inhambane para conferenciar com o Dr. Domingos Arouca».

³³¹ Telegrama referenciado R161458Z OCT 73.

³³² Informação n.º 5711/73/DI/2.³ Secção/SC, de 7-11-1973.

A 3-7-1973, o Dr. Domingos Arouca, o primeiro advogado negro moçambicano³³³, regressa ao seu país, depois ter cumprido oito anos de cadeia nas *prisões da PIDE em Portugal*. O seu crime? As suas relações com a FRELIMO. Foi preso a 29 de Maio de 1965, um dia depois das cerimónias comemorativas do 28 de Maio, data emblemática do início do Estado Novo. Arouca havia sido intimado a comparecer, como forma de rendição, a essas celebrações. Meses antes haviam sido presos o pintor Malangatana Valente, os escritores José Craveirinha, Rui Nogar e Luís Bernardo Honwana, Albino Magaia, entre outros, todos pertencentes ao grupo da FRELIMO na região Sul, comandado por Matias Mboa.

Domingos Arouca era um símbolo do nacionalismo moçambicano oprimido e uma pedra no sapato no regime colonial. A sua libertação era permanentemente exigida em vários fóruns e por vários movimentos de opinião cívica. A Amnistia Internacional, em 1972, considera-o «o preso político do ano». Com o intuito manifesto de servir de exemplo foi obrigado a cumprir parte da sua pena de prisão em Portugal, apesar dos seus protestos para permanecer em Moçambique. Durante o seu tempo de prisão no forte de Caxias eram muitos os moçambicanos que o visitavam. Quase todos simpatizantes da FRELIMO.

Consta que militantes do Partido Comunista Português, também detidos nessa cadeia, acusavam Arouca de «comprometido ou colaboracionista». De facto, o advogado esteve sempre muito afastado do ideário marxista, além de que era um preso em território estrangeiro. Essas acusações sectárias são ouvidas e, face aos tempos que se viviam, não auguravam nada de bom.

³³³ Arouca é um caso paradigmático de como um cidadão negro poderia concluir a formação universitária. Enfermeiro no Hospital de Mambone, sempre quis seguir os seus estudos. Fez diligências várias. Valeu-lhe a sorte de ter ganho a lotaria da Federação das Rodésias e o empenho do seu pai num negócio de destilarias. Com esse dinheiro seguiu para Portugal onde completa os estudos secundários e posteriormente o curso de Direito em 1960.

O regresso de Arouca à sua pátria não significou a sua liberdade. O sistema legal da ditadura permitia que os presos políticos, mesmo depois de cumprida a pena, continuassem detidos, por critérios de mera subjectividade da segurança da nação, ou então ficavam sujeitos a termo de identidade e residência fixa. Foi isso que sucedeu ao advogado: mandaram-no para Inhambane, sujeito a uma vigilância apertada. Domingos Arouca, era um ícone na luta de libertação de Moçambique, pois não só pagou anos da sua vida na prisão, como era licenciado, intelectual com obra publicada.

Nos planos independentistas de Jorge Jardim importava encontrar um moçambicano negro de renome para lhe dar credibilidade. A entrada em cena do Dr. Domingos Arouca era um dado novo, que importava investigar. Em Novembro de 1973, Jardim, acompanhado do Dr. Pinto Fernandes, comissário nacional da Mocidade Portuguesa e por «mera conveniência» cunhado do Dr. Arouca, visita o advogado na sua casa em Inhambane, depois de muitos telefonemas. Queria sondar os planos políticos do advogado e tentar, através dele, uma aproximação à FRELIMO, convencendo-o a participar nos seus planos. Nada de concreto foi estabelecido. Escreve o engenheiro: «Parecia-me que Domingos Arouca poderia oferecer, no futuro próximo, um exemplo de reconciliação e personificar uma corrente de esperança.»³³⁴

Mas o Dr. Domingos Arouca estava saturado da prisão a que esteve sujeito. A PIDE fazia-lhe uma apertada vigilância, até porque não foi do seu agrado o regresso do advogado a Moçambique. Era mais um problema, a juntar aos muitos com que ingloriamente se debatia. Num relatório pode ler-se:³³⁵ «na composição deste *puzzle* aparece agora a figura do Dr. Domingos Arouca, como possível candidato a qualquer destaque no

³³⁴ *Moçambique, Terra Queimada*, p. 147.

³³⁵ Informação n.º 11 74/DI (2) SC.

partido», provavelmente referindo-se ao GUMO. A PIDE escuta os seus telefonemas, regista as conversas com o Eng.º Jardim³³⁶ e anota, com estranheza, o convite para que visitasse o Malawi. Convite não concretizado devido às graves convulsões sociais na Beira, resultantes do ataque dos colonos ao exército, em Janeiro de 1974, como iremos analisar.

O Dr. Domingos Arouca sempre negou qualquer compromisso com Jorge Jardim, ou com o GUMO. Nem sequer conheceu, nesse período, a Dr.^a Joana Simeão. Ele sentia-se como sendo da FRELIMO. No entanto, a Frente que ele havia conhecido em 1963, na Suazilândia, havia mudado muito em termos ideológicos.

O homem forte do Eng.º Jardim sempre foi o Dr. Miguel Artur Murupa. Antigo adjunto do Departamento das Relações Internacionais da FRELIMO será, com Lázaro Kavandame, um dos elementos hierarquicamente mais importantes da Frente de Libertação que se entregaram às forças coloniais.

O Dr. Murupa³³⁷ estudou nos Estados Unidos, para onde fora enviado pelo primeiro presidente da FRELIMO³³⁸. Mantinha correspondência regular com o Dr. Mondlane, e uma grande admiração por ele.

Numa carta de 13-9-1965³³⁹, escreveu ao Dr. Mondlane: «Mesmo admitindo os erros e as fraquezas inerentes a toda a obra humana, a FRELIMO fez, durante os poucos anos da sua existência, uma obra gigantesca em prol da nossa Revolução [...] Cada vida que se perde em campo de batalha, cada gota de sangue

³³⁶ Informação n.º 1024/74/DI(2) SC, de 15-2-1974.

³³⁷ Miguel Murupa nasceu em Pebane a 8-1-1939. Fez os seus estudos primários nessa localidade e continua os seus estudos na Missão católica de Pilima. De 1952 a 1959 frequentará o Seminário do Zobué, a cargo dos Padres Brancos. Deixa os estudos e vai trabalhar até 1962 como revisor do *Diário de Moçambique* e, em Fevereiro desse ano, rumo para o então Tanganica, para se juntar à FRELIMO.

³³⁸ Iniciou os seus estudos na Lincoln University, na Pensilvânia, e depois na Howard University, em Washington. Foi bolseiro do Special African Students Program.

³³⁹ Carta depositada nos Arquivos da FRELIMO, do A.H.M.

que se derrama, cada lágrima que se verte, cada sacrifício do nosso povo é como um impávido e soberano magistrado sentado *ex-cathedra* a julgar-nos: «tu és traidor da Revolução; tu és herói da Revolução». Acaba com uma frase distinta para o seu percurso: «para todo o homem o único caminho digno é definir uma posição e segui-la, venham que vierem as consequências».

Regressado à Tanzânia em 1968, é integrado como professor no Instituto Moçambicano. Estava consciente de que regressaria aos Estados Unidos para continuar os seus estudos. Nesse ano é nomeado para integrar a equipa dos trabalhos preparatórios do 2.º Congresso. É eleito membro do Comité Central. Nomeado secretário-adjunto do Departamento das Relações Exteriores e, nessa qualidade, visita os EUA, Canadá, Inglaterra, Holanda, Noruega, Suíça, Jugoslávia, Argélia, Egito e Sudão. Uma agenda carregada de viagens.

Com a crise da FRELIMO de 1969, demite-se em Maio de 1970. Será detido pela polícia tanzaniana e depois entregue à FRELIMO, onde permanece na base de Naschingwea. Numa história de contornos cinzentos foi integrado numa coluna de guerrilheiros em marcha para o interior do país. Desertou, na zona do Sagal, em Cabo Delgado, entregando-se ao exército português a 7-12-1970. O comunicado n.º 21/70, do Comando-Chefe, relata: «Em Cabo Delgado apresentou-se às nossas tropas Miguel Artur Murupa, ex-dirigente da FRELIMO.» Lacónico e parco em palavras.

As razões públicas da deserção de Miguel Murupa foram por si apresentadas ao público, numa concorrida conferência de imprensa, em Nampula³⁴⁰, invocando que as independências em África se mostraram prematuras. No caso de uma vitória da FRELIMO, haveria a substituição do Governo português por uma força imperialista, de natureza comunista. Invoca também

A conferência teve lugar no Prédio Morgados, a 7-12-1970.

motivos religiosos. Era católico apostólico romano, não se integrando na atitude ateísta da FRELIMO.

Respondendo a uma pergunta de um jornalista, o Dr. Murupa foi visionário. Afirmou: «Pessoalmente creio que a guerra está no fim. Mas a guerra que virá depois é bem pior do que esta.» Acertou. Estávamos em Dezembro de 1971. De facto, a guerra iniciada por alguns camaradas de Murupa, com o apoio expresso do regime de Smith e da África do Sul do *apartheid*, poucos anos depois da independência de Moçambique, será bem mais devastadora no que se refere a vítimas humanas e à destruição de infra-estruturas do que toda a luta de libertação contra o colonialismo, deixando marcas profundas no país.

Murupa troca, num golpe de asa, Dar-es-Salam pela Beira, onde passou a viver, tendo casado em 1972 numa mediatizada cerimónia social, registada de modo pouco habitual pelos órgãos de informação locais³⁴¹.

Passado o tempo de «quarentena» que os desertores da FRELIMO eram obrigados a passar, porque, como explicava Marcelo Caetano «esses elementos [...] não podiam ser logo valorizados de modo a dar a aparência de que o ter militado nas fileiras inimigas constituía razão de preferência em relação aos constantemente fiéis», o Dr. Murupa foi designado, em finais de 1972, director da *Voz Africana*, semanário do grupo editorial do *Notícias da Beira*.

A partir de 8-8-1972, semanalmente, o Dr. Miguel Artur Murupa começa a escrever artigos de opinião virulentos contra os seus antigos companheiros, exorcizando o comunismo e

³⁴¹ A esposa era natural da Beira, residente na zona das Bananeiras no Bairro da Munhava. A madrinha de casamento foi Teresa Jardim, esposa do Eng.º Jorge Jardim. Não havia na época publicações que se dedicassem à divulgação da *socialite*, hoje frequentes em Maputo. A mediatização do casamento foi criticada por Baltazar Rebelo de Sousa: «Não me pareceu aceitável o casamento do Dr. Murupa com a repercussão pública e apadrinhamento ilustre», carta ao governo-geral, in Marcelo Rebelo de Sousa, *Baltazar Rebelo de Sousa — Fotobiografia*, Bertrand Editora, p. 453.

o espectro da sua aplicação em Moçambique. A fraca audiência da *Voz Africana* em nada ajudou a voz de protesto. E muito escreveu. Editou em português um livro, *Revolta e Desilusão*, distribuído gratuitamente, às centenas de exemplares, pelos serviços de propaganda do regime colonial. Depois publica outra obra, desta vez editada em inglês³⁴². É uma compilação de várias entrevistas a jornalistas não identificados.

Nas suas respostas o Dr. Murupa defende a concepção integracionista plena do Ultramar português. «Ser português tem apenas e tão-só a ver com a cidadania e nacionalidade, não com a cor da pele» e recusa mesmo que exista colonialismo em Moçambique. Terá ido longe demais. Perdeu a pouca credibilidade política que ainda congregava após a sua deserção da FRELIMO. As palavras escritas com sinceridade ao Dr. Mondlane pesavam contra si.

¹⁴² *Portuguese Africa in Perspective — the Making of a Multiracial Nation*, ed. do autor * Miguel Murupa.

O ovo da serpente

Na delegação da PIDE em Moçambique passam-se tempos difíceis. Tem como grande prioridade a FRELIMO, mas também o movimento da oposição democrática, cada vez mais activo, os estudantes que acordam para a luta nacionalista e as agendas de novos nacionalistas, alguns deles aliados na mesma causa, mas nunca desistiram e resistem até ao fim. Reconheça-se esse mérito.

Moçambique era para as autoridades coloniais como um barco a meter água por todos os lados. A oposição democrática, pela primeira vez não liderada pelo Dr. Almeida Santos, aproveita as eleições de Outubro de 1973, não para concorrer, mas para divulgar a sua posição: não havia soluções militares e a única saída possível era reconhecer o direito à independência de Moçambique e dialogar com a FRELIMO. Apesar das perseguições, nenhum dos seus divulgadores foi preso. Era um incómodo para a PIDE e para o regime prender opositores de raça branca. Além das complicações jurídicas, expunham-se publicamente as contradições do sistema.

Neste cenário de desmoronamento, o GUMO tenta a todo o custo levar a sua agenda por diante. Depara-se com um muro de dificuldades. O governador-geral não só não os recebe³⁴³, como recusa a autorização de realizarem um congresso na Beira para tornarem público a sua existência. O Eng.º Pimentel dos Santos era adverso a qualquer mudança, um integracionista puro e duro.

³⁴³ Telegrama referenciado R251254Z OCT 73.

A não constituição legal do GUMO como associação cívica obstava a que a Dr.^a Joana Simeão partisse tão depressa quanto possível para Nova Iorque, com o intuito de tentar participar nas Nações Unidas, como observadora, enfrentando olhos nos olhos o representante da FRELIMO que, entretanto, recebera esse estatuto da ONU.

E não exclui vias golpistas, afirmando ter o apoio militar dos GE e dos GEP, «a nossa reserva militar» (as mesmas unidades reclamadas por Jardim) e que contava com a numerosa força dos estivadores através do controlo do Sindicato dos Profissionais de Estiva, liderado por Cassamo Daúde, a quem fora conferido o lugar de vice-presidente.

Entretanto, o Dr. Máximo Dias tem o seu primeiro contacto com o consulado norte-americano em Moçambique a 6-11-1973³⁴⁴. Registam que o jovem advogado era «um homem inteligente, sincero», mas «politicamente pouco sofisticado», sobretudo se comparado com a sua vice-presidente, a Dr.^a Joana Simeão. Dissertando sobre o omnipresente Jardim, Máximo Dias desvaloriza o seu papel, pois havia perdido dois importantes aliados: o apoio financeiro de António Champalimaud e o apoio da Igreja Católica, «devido à sua violenta campanha na imprensa dirigida contra os padres do Macúti». Acusa-o de obter ganhos importantes através da influência junto dos desertores da FRELIMO.

Simeão, entretanto, desdobra-se em contactos para conseguir novos apoiantes. Tenta inclusivamente a aproximação a alguns militantes da FRELIMO na clandestinidade, residentes na capital moçambicana e profissionalmente bem colocados, que recusaram. E totalmente contra o estabelecimento de contactos com ex-membros daquela organização.

O relatório da PIDE é a esse respeito sintomático, ao registar não só o seu espírito de «irreverência, inconformismo e revolta contra

³⁴⁴ Telegrama referenciado R061416Z NOV 73.

tudo e todos», como anota as suas críticas a «todos os apresentados que se confessam arrependidos do seu passado, dizendo que ela própria nunca o faria, pois o seu ideal era lutar pelo povo negro de Moçambique [...] sem subserviências a quem quer que seja»³⁴⁵.

Em Dezembro de 1973, Baltazar Rebelo de Sousa, ministro do Ultramar, realiza a última visita de um ministro colonial a Moçambique. De toda a nomenclatura que rodeava Marcelo Caetano, Rebelo de Sousa destacava-se pela sua lucidez. Não surpreende a aproximação de Máximo Dias e de Joana Simeão ao Dr. Baltazar Rebelo de Sousa. Como um sinal de confiança são integrados na comitiva do ministro a Nampula. Uma bofetada de luva branca ao governador-geral.

Em Março de 1974 a Dr.^a Simeão visita Lisboa, onde se encontra com proeminentes empresários com interesses ligados a Moçambique: Sulemane Vali Mohammed e Abool Vakil, conforme informação da PIDE³⁴⁶. A 15 de Abril tem um encontro com o ministro dos Negócios Estrangeiros, Rui Patrício, com um objectivo: a apresentação do Grupo ao Comité dos 24 das Nações Unidas. Ao que tudo indica terá recebido a aprovação, incluindo os fundos necessários para a viagem. Seria uma viragem na política externa portuguesa. Pretendia partir para Nova Iorque nos finais de Abril, intenção sobre a qual existiam sérias dúvidas da sua viabilidade. Ou até se não se terá tratado de uma invenção da própria Dr.^a Simeão para obter apoios.

Toda esta novela que visava essencialmente a pessoa de Marcelo Caetano com vários actores em cena, numa conspiração contra ele, aproxima-se das tragédias de Shakespeare, sobretudo quando criam um autêntico ovo da serpente, à semelhança do que acontece nessa obra-prima da literatura —*Júlio César*.

³⁴⁵ Relatório imediato n.º 1423, de 12-3-1974.

³⁴⁶ Informação n.º 1635/74, de 11-3-1974.

Presos políticos em Dar-es-Salam

Costa Gomes, durante a sua breve visita a três capitais provinciais, e nos contactos feitos com os militares conclui: «como o demonstraram de imediato, não queriam continuar a combater e morrer numa guerra que iria acabar dentro de pouco tempo». Tenta encontrar tábuas de salvação. Nem democratas, nem dirigentes associativos, nem GUMOS eram de forma alguma a solução. Recorre ao escol de ex-presos políticos e reúne-se com José Craveirinha, Rui Nogar, Josefarte Machel, Matias Mboa, Malangatana Valente e Rogério Djwana. Todos haviam estado detidos nas celas da cadeia da Machava sob a acusação de terem ligações com a FRELIMO.

De início, procura convencê-los a formar um partido político que gozaria de todo o quadro de liberdades e garantias na sua actividade. Seria uma «espécie de FRELIMO de dentro». Malangatana Valente pediu, em nome dos seus companheiros, tempo para reflectirem. «Se aceitássemos essa ideia iríamos apenas colocar entraves às negociações e nunca essa atitude seria aceite pelos dirigentes da FRELIMO.» A resposta será dada, nessa mesma tarde, pelo poeta José Craveirinha. Rejeitam a hipótese de formar qualquer partido.

Foi-lhes então sugerido que se encontrassem com os dirigentes da FRELIMO na Tanzânia, para transmitir um apelo à paz e a um imediato cessar-fogo, ideia de fundo de Costa Gomes, acentuada pela disposição manifestada do seu exército em não

continuar a lutar. Precisava de parar a guerra a qualquer custo e obter um fôlego para acertar as diferentes agendas sobre a descolonização. Missão que os ex-presos políticos aceitaram. Costa Gomes⁴¹³ não escondeu a satisfação por esta sua iniciativa. Em conferência de imprensa afirma eufórico: «em Lourenço Marques contactei elementos simpatizantes da FRELIMO, em missão não oficial [...] Solicitei-lhes que transmitissem aos seus dirigentes o nosso apelo à paz e indicassem a forma como pretendiam estabelecer negociações oficiais para o estabelecimento de tréguas»⁴¹⁴.

Este grupo de ex-presos políticos partiu para Dar-es-Saiam⁴¹⁵. A eles foi juntar-se, em avioneta fretada, o pintor Malangatana Valente, retido por razões burocráticas, sendo a viagem paga pelo empresário António Sá. Estava prevista também a ida do Dr. Domingos Arouca. Mas este optou por se deslocar ao Malawi, a convite do presidente Banda, para participar nas cerimónias das comemorações de mais um aniversário do presidente vitalício do Malawi. Durante um comício saudou Arouca publicamente «como convidado pessoal vindo do povo irmão de Moçambique». O rígido e formal protocolo malawiano colocou Arouca e a sua esposa na mesa de honra durante o banquete de Estado. Igualmente presente neste cerimonial estava Miguel Murupa, afastado das luzes da ribalta⁴¹⁶.

A partida desta delegação de ex-presos políticos para a Tanzânia criou inúmeras expectativas. Integravam a delegação nomes conhecidos, nomes com história. Era a primeira vez que se

Conferência de imprensa em Nampula, a 12 de Maio.

Notícias n.º 16137, de 14-5-1974.

Todo este grupo estava ligado à abertura da 4.ª Frente da FRELIMO no Sul do Save, comandada por Matias Mboa. Denúncias vindas da Suazilândia fizeram com que o grupo tivesse sido detido, com as suas ramificações internas, levando a que a direcção da FRELIMO decidisse seguir diferente estratégia militar relativamente às cidades.

Notícias da Beira n.º 8850, de 17-5-74.

anunciava previamente uma viagem para a Tanzânia, sem regresso prévio e directo para a cadeia da Machava, com um objectivo definido: encontrarem-se com dirigentes da FRELIMO. Como dizia o poeta José Craveirinha, à partida, havia a esperança de que «a nossa deslocação seja um êxito e que regressemos com a mensagem de paz que todo o Moçambique ambiciona».

A delegação foi recebida por Joaquim Chissano no aeroporto de Dar-es-Salam, sendo «efusivamente abraçados». Já na sede da FRELIMO a recepção será bem mais fria. Eram vistos como mensageiros do novo poder em Portugal, vindos da «zona ocupada» e portadores de mensagens e intenções pouco claras. Logo à chegada, na capital tanzaniana, um representante da FRELIMO revelou à imprensa que a sua organização estava preparada para «ouvir o que os antigos prisioneiros políticos tinham para dizer, mas que eles não se poderiam considerar como representantes da FRELIMO».

Criaram-se, em torno desta visita, algumas especulações e meias-verdades. Para um completo esclarecimento recorra-se aos documentos da FRELIMO, feitos no próprio período em questão.

Desfeitos os objectivos iniciais da missão dos ex-presos políticos, não foi difícil à FRELIMO, durante a sua estada na Tanzânia, transformá-los em novos emissários, com diferente destinatário. Ao fim e ao cabo tinham sofrido anos de cadeia por partilharam o ideário daquela organização. Contactaram com as realidades da luta armada, tiveram vários e longos encontros com Samora Machel, e também com o presidente Julius Nyerere. Voltaram com ideias bem definidas do que era a FRELIMO e do que se pretendia.

No seu regresso, a 4 de Junho, José Craveirinha⁴¹⁷ afirma: «os membros da delegação partiram para Dar-es-Salam na única qualidade em que podiam apresentar-se à FRELIMO. Uma qualidade

⁴¹⁷ Entrevista conjunta ao *Notícias da Beira* e estação radiofónica sul-africana SABC. Citações do *Notícias* n.º 16 137, de 14-5-1974.

que fizeram questão em firmar junto das entidades portuguesas da Junta de Salvação Nacional». Pronunciando-se sobre a realização de um referendo, o poeta responde: «Referendos? Será que a Junta de Salvação Nacional que derrubou o governo de Marcelo Caetano fez algum referendo? A FRELIMO não é uma associação política, é um movimento revolucionário que não lutou com panfletos e abaixo-assinados. Lutou de armas na mão. Muitos caíram em combate ou nas masmorras. Depois disso, um referendo para quê?»

Tornava-se claro que a FRELIMO só pretendia negociar com representantes legítimos do Governo português. Não valia a pena mandar mais mensageiros.

Lutar ou negociar?

No que se refere à guerra, vamos encontrar posições diferenciadas nos beligerantes. Se a FRELIMO era irredutível nos seus pontos programáticos, de que a independência não era negociável e apenas se poderiam discutir os mecanismos e um calendário para a mesma, já o novo poder de Lisboa vivia no encanto de ter encontrado a liberdade e a democracia, sem saber como resolver a questão africana. Por todos, cite-se o conceituado filósofo Eduardo Lourenço, que escreve ainda a revolução portuguesa estava no seu adro: «é notório que uma parte da nossa classe política e a opinião com ela solidária, absorvidas já pelas delícias do partidarismo interno, age como se "pesadelo africano" tivesse terminado na manhã do 25 de Abril»⁴¹⁸.

As primeiras declarações sobre esta matéria do presidente da Junta, António de Spínola, a 29-4-74⁴¹⁹, durante uma conferência de imprensa sobre a descolonização, eram pouco ou nada claras. Spínola traçava uma distinção entre a autodeterminação, ou seja, «o direito de cada povo escolher os seus destinos» e a independência que «corresponderia a uma vontade de um povo». Eram, pois, duas vias distintas e para que fossem definidas haveria que realizar um plebiscito em que um povo «deve estar de posse de um nível cultural mínimo para saber escolher». Spínola tinha em mente, nas suas próprias palavras, «acelerar o processo ultra-

⁴¹⁸ Escrito datado de 20-6-1974 publicado em *O Fascismo nunca Existiu*.

⁴¹⁹ Publicadas no *Diário de Lisboa* e transcritas no *Notícias da Beira* n.º 8834, de 30-4-74.

marino que permita ao povo autodeterminar-se sob a bandeira portuguesa».

Em face da confusão de mensagens contraditórias que chegavam de Lisboa e da evolução política após o golpe, Samora Machel convoca o Comité Executivo, a 3 de Maio de 1974, para nova análise da situação política aberta com o golpe de Estado. A estratégia adoptada é clara: «a paz é inseparável da independência nacional». Não haveria lugar a nenhum cessar-fogo, sem que aquele direito fosse inequivocamente reconhecido.

E diga-se que as mensagens vindas do novo poder em Lisboa apenas vinham a reforçar a posição adoptada pela FRELIMO. A 4 de Maio, o novo comandante-em-chefe das Forças Armadas portuguesas e membro da Junta de Salvação Nacional, Costa Gomes, aterra em Luanda. As suas declarações são bastante explícitas⁴²⁰: «é nossa intenção continuar a lutar contra os guerrilheiros e essa posição manter-se-á até que os guerrilheiros aceitem a nossa oferta para depor as armas e se apresentarem como partido político». No dia seguinte, volta ao mesmo tema: «se tais movimentos são realmente a expressão do povo, como se afirmam, deixem as clandestinidades, as suas sedes além-fronteiras e venham lutar democraticamente com ideias».

Acompanhado de outro membro da Junta, Diogo Neto⁴²¹, Costa Gomes chega à capital moçambicana a 10 de Maio. Em conferência de imprensa, já com mais reservas, torna a afirmar⁴²²: «teremos, no entanto que admitir que existem organizações chamadas emancipalistas com chefes políticos e militantes com as suas ideias e as suas armas que dominam parcelas do território moçambicano. A essas organizações propomos negociações imediatas, sem condições prévias, sem entregas simbólicas de

⁴²⁰ *Notícias da Beira* n.º 8838, de 8-5-1974.

⁴²¹ Até à data da sua nomeação era comandante da Força Aérea em Moçambique.

⁴²² *Notícias da Beira* n.º 8845, de 12-5-1974.

armamento». Colocado perante a eventualidade de a FRELIMO não aceitar essa via, responde: «lutaremos com uma missão mais bela e enobrecida». Pouco tempo depois, tentando justificar a intensificação dos combates, o general declara que «o presente esforço guerreiro da FRELIMO, pode resultar da necessidade interna de conseguir uma coesão através do exercício da luta»⁴²³.

O professor Palma Carlos, primeiro-ministro do 1.º Governo Provisório, em Lisboa, em entrevista ao *Diário Popular*, afirmava: «o problema do Ultramar é dramático e altamente preocupante. Está apontado o caminho para a autodeterminação. Mas porque forma é que se vai fazer a autodeterminação? A que resultados ela levará?»

A luta armada recrudesce. Ultimam-se os preparativos para a abertura da Frente da Zambézia. Se, de um lado, há a certeza da vitória e são recebidos, nos campos de treino, cada vez mais jovens empenhados em derrubar o colonialismo, do outro lado, existe a vontade de acabar a guerra o mais rapidamente possível.

Em face destas mensagens contraditórias que vêm sendo recebidas de Lisboa, e depois de goradas as primeiras conversações de Junho, Samora Machel decide enviar a Lisboa um velho companheiro de Argel, o jornalista Aquino de Bragança, com uma missão: identificar quem na realidade detinha o poder em Portugal.

Aquino, que iniciou as suas actividades políticas na CONCP como representante das colónias portuguesas na Índia, era um jornalista com nome feito, sendo conhecidos os seus artigos na revista *Afrique-Asie* publicada em Paris. Parte para Lisboa e dirige-se à redacção do *Expresso*, onde se apresenta a Augusto de Carvalho, então chefe de redacção deste semanário. Diz-lhe ao que vem e este, sem hesitações, decide apresentá-lo ao núcleo do movimento das Forças Armadas: Victor Alves e Ernesto Melo

Notícias n.º 16 181, de 29-6-74.

Antunes. Era este núcleo que na realidade detinha o poder em Portugal. Estava encontrada a ponte para que as conversações tivessem efeito útil.

É curioso que igual movimento é feito pelos serviços norte-americanos em Moçambique. Sentem que o novo governador-geral do Governo Provisório não representa qualquer poder, e partem para Nampula para falar com representantes do movimento militar. Encontram-se a 28 de Junho com o major Mário Baptista Tomé, «reputado líder do Movimento das Forças Armadas em Moçambique. Alto, loiro, cerca de trinta anos, de Estremoz, Portugal», que confidencia que a FRELIMO é o «único partido que pode dizer-se representativo de quem quer que seja». Declara-lhes a oposição dos militares à realização de um referendo e «defende imediato reconhecimento do GOP (Governo português) da independência de Moçambique»⁴²⁴.

As linhas de força estavam encontradas. As únicas negociações seriam entre os militares portugueses, autores do golpe de Estado, e a FRELIMO. E passaram a ser «secretas», não por vontade dos moçambicanos, mas por desejo expresso da parte portuguesa, em face da luta de poderes instalada no seu país, a começar na própria governação.

Democratas da FRELIMO

Aliados de peso para a FRELIMO, durante os meses que se seguiram ao golpe de Estado, foram os «Democratas de Moçambique». Congregavam um grupo muito heterogéneo. O seu núcleo duro era composto pelos advogados Carlos Adrião Rodrigues, Camilo Pereira Leite, Rui Baltazar, Victor Serraventoso, Carlos Raposo Pereira, agrupando outras figuras como Mário da Graça Machungo, Malangatana Valente, Amaral de Matos, Filipe Ferreira, Eugénio de Lemos, Ana Margarida Oliveira. Havia nesse núcleo não só longas amizade, mas também o compartilhar de um caminho político coerente contra o sistema, destacando-se alguns dos advogados pela coragem na defesa de presos políticos.

Constituíram conscientemente um grupo de acção política que actuou sempre em consonância com a FRELIMO nas zonas urbanas, especialmente na capital e na Beira. Funcionaram como um porta-voz não oficial e recuado da FRELIMO, fazendo frente aos diversos partidos políticos que se constituíam, não permitindo a acção do Governo Provisório, ou de qualquer outro governo que não tivesse o reconhecimento prévio dos dirigentes da FRELIMO.

Os «Democratas de Moçambique» estavam, inicialmente, organizados em associações regionais. Havia assim os democratas de Lourenço Marques, da Beira, de Quelimane, de Tete, etc. Depois, a 26 de Maio, decidem unificar-se nos «Democratas

de Moçambique»⁴³⁵. E o local escolhido não podia deixar de ser a Beira.

O objectivo dessa unificação era dar um maior entrosamento à acção política urbana. E, novamente nesta decisão, não terá sido estranha a acção dos ideólogos da FRELIMO, que sempre pugnaram pela unidade da acção das forças políticas anticoloniais, sobretudo quando actuassem no interior do país. Em comunicado divulgado no final desse encontro, os «Democratas» tornam público que não é seu objectivo constituírem-se como um grupo político em Moçambique. Afirmam-se como um contrapoder, manifestando-se contrários à tentativa de se criarem terceiras forças, porque desnecessárias, na medida em que o único objectivo era assegurar as conversações entre a FRELIMO e o Governo português sobre os mecanismos da transferência de poderes⁴³⁶.

Entre os membros dos democratas, grupo de tendências políticas muito amplas, estavam militantes da FRELIMO na clandestinidade. Os dirigentes da FRELIMO convidam-nos para rumar para Naschingwea. Atraem velhos e novos aliados. Dão-lhe o apoio necessário para a sua acção no interior de Moçambique. Alguns deles percebem que na conjuntura vitoriosa poderiam ser fortes candidatos a lugares de direcção na futura governação e na administração da coisa pública, como veio a acontecer. O futuro apresentava-se promissor. Daí que ao núcleo duro se juntem democratas de última hora, que não estão preparados nem para as dificuldades que não previram nem muito menos para o estilo da FRELIMO.

Os seus esforços são publicamente reconhecidos pelo presidente Samora Machel, que lhes enviou uma mensagem amplamente divulgada: «A FRELIMO tem seguido com atenção a acção

Conforme comunicado publicado no *Notícias* n.º 16150, de 27-5-1974. A reunião congregou os núcleos de democratas de Lourenço Marques, Beira, Vila Pery, Quelimane e Nampula. Comunicado publicado na edição do *Notícias* referenciada na nota anterior.

desenvolvida pelos Democratas de Moçambique após o 25 de Abril. A FRELIMO deseja saudar a actividade desenvolvida por vós, que se integra plenamente na justa luta do povo moçambicano pela conquista dos direitos fundamentais à liberdade e à independência total e completa de Moçambique.»

No mesmo sentido, a 4 de Julho, Jorge Rebelo, membro do Comité Executivo da FRELIMO, em entrevista à Rádio Tanzânia, ao responder à pergunta «qual a posição da FRELIMO sobre os Democratas de Moçambique?», declara: «Nós consideramos que as actividades do grupo dos Democratas de Moçambique são correctas. Este grupo recusou constituir-se como um Partido, limitando-se apenas à consciência do Povo, no sentido da independência de Moçambique, sob a bandeira da FRELIMO. Eles têm o nosso apoio.»

Os «Democratas» congregaram um ódio mortal dos «pés negros». Tinham sede num prédio na Avenida 24 de Julho, eram localizáveis e identificáveis. Nas primeiras horas que se seguiram à revolta dos colonos após a assinatura dos Acordos de Lusaka, a 7 de Setembro, foi assaltada e incendiada a sede dos «Democratas» e inicia-se a caça ao homem. A sorte para muitos é estarem em Lusaka. Outros, prudentemente, tomam refúgios seguros até ao fim da revolta.

Conforme se esperava, no final das negociações entre a Frente de Libertação e o Governo português, os «Democratas», enquanto tal, desapareceram da cena política. Alguns dos seus destacados membros passaram a exercer funções públicas no Governo de Transição. Outros não resistem ao trauma dos tumultos do 7 de Setembro, e saíram envergonhadamente de Moçambique, iniciando uma marcha que os levou, quase todos, a rumarem para Portugal. Mas cumpriram com eficiência a sua missão durante o período que se seguiu ao golpe de Estado até à assinatura dos Acordos de Lusaka.

GUMO, FICO ou CAVO?

No período de Junho a Agosto de 1974, em Moçambique, foram constituídos mais de vinte partidos políticos. Na sua maioria duraram o tempo respeitante ao seu acto de divulgação nos meios da comunicação social. Alguns congregam pequenos grupos de pessoas com uma tremenda ingenuidade política, tendo como agenda a procura de protagonismo.

Há partidos para todos os gostos e tendências. Desde a Liga Internacionalista Socialista, ao MIMO⁴⁴⁶ ao MONA⁴⁴⁷, ao monárquico MUR, dirigido por Pedro Mondlane, que além de ter sido vogal na Junta Provincial, reivindica relações de parentesco com a casa real suazilandeza, defendendo a desnecessidade de partidos, porque «divididos como podemos construir Moçambique?»⁴⁴⁸, ao Movimento Moderado Moçambicano⁴⁴⁹, ao nampulense e mais que efémero Partido Democrático Afro-Lusitano⁴⁵⁰, ao

Liderado pelo médico David Ferreira, cujo programa preconizava um cessar-fogo e conversações «entre moçambicanos, sem diferenças étnicas», sob a égide do secretário-geral das Nações Unidas.

O MONA, cuja presidência (e talvez único membro activo) pertencia a um ilustre desconhecido na cena política moçambicana, de nome Domingos Cardoso, foi constituído a 19-5-1974. Pouco depois, transforma-se em MONAUMO — Movimento Nacional Unificado de Moçambique, preconizando um modelo de estado federativo, dentro das «tradições da civilização lusíada» e na preferência da «cultura ocidental». Conforme afirma ao *Notícias*, na sua edição n.º 16205, de 23-7-74. Liderado por Hermínio Subtil Serra, que rejeita soluções tomadas «unilateralmente na metrópole», pretende dar voz à «maioria silenciosa, os moderados que em geral não se manifestam», propondo relativamente ao futuro da colónia uma «forma federativa». Criado em Nampula, pelo professor Miguel Dantas, propõe a unificação de todos os partidos emergentes, no seu partido, para defesa do «bem de todos».

beirense PRUMO⁴⁵¹, ao Congresso Nacional Africano de Moçambique⁴⁵², ao renascido Lázaro Kavandame que constitui o UNIPOMO e realiza um comício em Pemba, com uma muita reduzida assistência, na sua maioria de raça branca.

De todo este vasto leque, o único partido que se diferencia de todos os outros será o GUMO. Tem uma agenda definida já antes do golpe de Estado e integra personagens marcantes.

Já vimos que Máximo Dias e Joana Simeão procuravam nos inícios de 1974 constituir uma associação cívica, o GUMO, que actuaria como um grupo de pressão, reclamando o estatuto de uma «FRELIMO de dentro». O GUMO, nas palavras do seu presidente, era «fruto das injustiças sociais, incidentes particularmente na população negro-mestiça moçambicana».

Em finais de Fevereiro de 1974, o núcleo fundador havia completado os estatutos. Reuniu-se a 27 desse mês, no pouco discreto Hotel Polana, para discussão da estratégia a adoptar: enviar os estatutos para aprovação directa do governador-geral, ou fazer a sua entrega prévia ao professor Marcelo Caetano. Um informador da PIDE, bem localizado nos salões do hotel, regista para a posteridade esse debate, bem como a opinião expressa sobre o governador-geral, que deveria ser substituído «por um homem mais clarividente e realista capaz de interpretar, nas suas verdadeiras dimensões, a problemática deste vastíssimo território».

O governador-geral, pouco entusiasmado com eventuais movimentos que colocassem em causa o estado das coisas, solicitou parecer à PIDE. Esta prevê a pouca adesão que o GUMO teria entre a população.

Como organização política, estava preparado e, por isso, depois do golpe de Estado em Portugal, foi o primeiro grupo a vir

Constituído por Nunes de Carvalho e Amindo Brito, dirigentes da Associação Comercial da Beira.

Dirigido por António Basílio Calisto Makubule, que reclama a independência nacional.

à tona de água. Na Beira, em conferência de imprensa, a 29 de Abril, através de Máximo Dias e de Joana Simeão, apresenta-se publicamente. Divulgou um manifesto em que historiava a sua origem e propunha um programa político.

Entre os objectivos propostos conta-se «a obtenção de uma autonomia política progressiva, dentro das instituições políticas vigentes no espaço português». Essa autonomia seria realizada através de meios legais e do «diálogo permanente com os responsáveis», defendendo a realização de eleições. O GUMO pugna por uma «comunidade luso-moçambicana» e a «participação activa da comunidade negro-mestiça na estrutura económica moçambicana.»

Decide passar das palavras à prática e realiza dois comícios que acabam violentamente. O primeiro em Lourenço Marques, no Xipamanine, frente à Igreja João Albasini, no dia 4 de Maio. Estariam presentes vinte mil pessoas. Tratava-se de um acontecimento. Joana Simeão, oradora principal, precisou com mais pormenor o seu programa: «membros do GUMO têm que entrar na Assembleia Nacional em Lisboa como deputados e na Assembleia Legislativa em Moçambique». A aparelhagem sonora em nada ajudava a entender os oradores. Havia, entre os presentes curiosos, aderentes, mas sobretudo oponentes. As vozes que mais se faziam ouvir eram «rua» e «fora, GUMO». A experiência termina com desacatos, sendo mesmo necessária a intervenção das forças policiais para restabelecer a lei e a ordem.

Era uma mensagem clara de que os tempos não estavam para partidos emergentes que transmitissem uma mensagem diferente da FRELIMO.

Cientes da falta de adesão na capital e aproveitando a visita do general Costa Gonles, membro da Junta de Salvação Nacional, à Beira, os dirigentes do GUMO rumam para aquela cidade promovendo um outro comício no lendário bairro da Munhava,

a 12 de Maio. Se a confusão gerada em Lourenço Marques foi grande, na Beira ultrapassou as marcas, obrigando à actuação da polícia civil e militar que «tiveram sérias dificuldades em dominar a situação»⁴⁵³. O contexto da confusão era outro. Era um conflito racial, sendo a agitação promovida pelo habitual núcleo de beirenses brancos opostos a qualquer mudança. A confusão termina no palácio do governador, onde estava hospedado o general Costa Gomes, enfurecido com a situação. Queria calma e não acicatar ânimos raciais.

Joana Simeão comentou à imprensa: «os acontecimentos tumultuosos na Munhava entristecem todos aqueles que acreditam na viabilidade de uma convivência racial em Moçambique. A hora não é para excitados, nem para provocadores»⁴⁵⁴. Só que os ânimos estavam exaltados.

A última reunião pública promovida pelo GUMO decorreu a 22 de Maio, em Quelimane, num ambiente mais calmo e ordeiro, provavelmente porque menos concorrido e talvez porque a Dr.^a Joana Simeão estava ausente, procurando apoios na Europa, tendo tido um encontro com o general Costa Gomes.

O programa do GUMO, tal como a sua *praxis*, estavam desajustados das perspectivas criadas com a ruptura provocada pela queda do regime. Poderia ter alguma validade no período anterior, não mais ao nível do novo contexto político. Não agradava nem a gregos nem a troianos.

Acresce que os meios de informação ser-lhe-ão completamente hostis, e a FRELIMO, através das suas emissões já sem interferências e com cada vez maiores audiências, não lhe dá descanso nas críticas, sobretudo relativamente a Joana Simeão.

Três dias depois do comício da Beira, o Dr. Máximo Dias publica uma carta afirmando que o «GUMO é a FRELIMO implantada

⁴⁵³Notícias n.º 16 136, de 13-5-1974.

⁴⁵⁴Notícias da Beira n.º 8846, de 13-5-1974.

em Moçambique e consideramos a existência do GUMO como uma vitória da FRELIMO». Entende que uma vez concretizada a independência, através de negociações entre o governo português e a FRELIMO, o «GUMO dará por concluído o seu trabalho, porque nessa altura a paz será uma realidade e o objectivo do GUMO está alcançado».

Era um claro piscar de olhos do Dr. Máximo Dias à FRELIMO. A sua correlegionária Joana Simeão não ficou satisfeita com esta posição. Reclamava uma postura mais activa e dirigiu-se a Paris para se encontrar com o dirigente da FRELIMO Armando Panguene. Tinha um objectivo, estabelecer uma aliança entre o GUMO e a FRELIMO. Bateu à porta do hotel da capital francesa onde Panguene se alojava, participando numa conferência internacional. Mas desta vez a porta não se abriu. Numa jogada de antecipação, através da agência noticiosa francesa France-Press, Joana Simeão afirma ter tido resultados positivos.

Jorge Rebelo, secretário do Departamento de Informação e Propaganda da FRELIMO, envia a 1 de Junho uma mensagem rádio destinada a Rafael Maguni, para ser difundida nas emissões da *Voz da FRELIMO*, desmentindo contactos entre Joana Simeão e aquela organização. Sublinha ser «táctica do GUMO mostrar-se ligado à FRELIMO para tentar assim uma qualquer credibilidade». E que a «FRELIMO nunca teve nem nunca terá qualquer relação com grupos ou indivíduos ao serviço do colonialismo como o GUMO».

Face às discrepâncias de programas e às acusações cada vez mais persistentes de que a Dr.^a Simeão era agente da PIDE, instituição que despertava ódios imediatos, a 9 de Junho o Dr. Dias, na qualidade de presidente do GUMO, suspende a vice-presidente Joana Simeão «até à completa averiguação sobre o seu passado político». Esta não espera pelas investigações e demite Máximo Dias do GUMO. Com bom senso, em tempos conturbados,

o Dr. Máximo Dias, em conferência de imprensa de 16 de Junho, informou que a decisão de Joana Simeão era nula pois só «a Assembleia Geral o poderia fazer».

Ainda durante este período de dissidência, a Dr.^a Joana Simeão apercebe-se de que tem de reunir forças e regressou à sua terra natal, Nampula, onde anuncia, em conferência de imprensa realizada a 23-6-1974⁴⁵⁵, a realização de um Congresso do Povo Moçambicano, agregando chefes tradicionais, religiosos da etnia macua. Nessa conferência declara guerra aos «Democratas» que, segundo ela, só têm espalhado «ódio e a desunião entre os moçambicanos» e apela à «congregação das forças políticas pacíficas dentro de Moçambique [...] para obter a independência através de um diálogo franco e aberto com Spínola, usando o processo democrático do referendo».

Ciente de que o tempo escasseia, Joana Simeão, sôfrega, não espera por batalhas jurídicas sobre as competências de órgãos internos do GUMO e decide formar uma nova organização — a FRECOMO. O seu velho companheiro, estivador de profissão, Cassamo Daúde, acompanha-a como «responsável pela classe operária».

A 3 de Julho de 1974, na sequência de uma assembleia-geral realizada na Beira, o GUMO declara a sua dissolução, pois «a existência de uma terceira força em Moçambique visa impor o neocolonialismo». Da sua nascença à morte política passaram exactamente 65 dias. Autoliquidou-se por mérito ou demérito próprio. Ao extinguir-se terminavam, em definitivo, as possibilidades teóricas de efectuar qualquer referendo relativo à independência, e da realização de eleições a que a FRELIMO sempre se opôs e que a realidade dos acontecimentos de forma alguma possibilitava, apesar da legitimidade política da própria Frente de Libertação.

Notícias n.º 16 176, de 24-6-1974.

Em sentido oposto, e como nota histórica, ter-se-á de fazer referência ao FICO. Foi um movimento político nascido por acaso, durante uma manifestação realizada na cidade de Lourenço Marques, no dia 5 de Maio, na praça Mouzinho de Albuquerque. Um grupo de colonos gritou bem alto a sua determinação de permanecer em Moçambique, em oposição àqueles, cada vez mais numerosos, que decidiram não esperar e rumaram para outras paragens, denominados a partir de então como «CAVO». Mas a diminuição da população portuguesa em Moçambique era anterior à queda do regime. Números de 1973 indicam a saída de cerca de 10% do total da população branca, avaliada no seu máximo, na colónia, em 250 mil pessoas.

Da manifestação espontânea há quem tire dividendos imediatos. No dia seguinte, esses convocam uma outra reunião pública para apresentarem a constituição do FICO, através da distribuição de um «manifesto». FICO passa a significar Frente Independente de Convergência Nacional. Os seus dirigentes são Pires Moreira, Gomes dos Santos, Arlindo Malosso e Artur Ferraz de Freitas.

Era um movimento do tipo dos «pés negros» da Argélia, sem a força que estes tiveram. O seu manifesto é prova da confusão de ideias que paira nos seus mentores e da sua fragilidade política. Excepto no «abaixo a guerra» e «morra a FRELIMO». Com uma ressalva de que se esta se «constituir Frente livre, de diálogo aberto, sem armas na mão», teria o reconhecimento do FICO. Não estão preparados para nenhuma mudança, antes estão preparados para a luta e dizem-no publicamente. O jornal sul-africano *Star*, na sua edição de 1 de Junho, dá conta do encontro que manteve com Gomes dos Santos, que além de ser campeão de tiro ao alvo tinha uma empresa de compra e venda de carros usados. O jornalista escreve: «na agitação política que se seguiu ao movimento militar, os europeus em Moçambique estão a formar

grupos ricos e enérgicos que possam servir de bóias de salvação para a sua sobrevivência». Conclusão demasiado genérica.

Além de produzirem vários boletins intitulados *Ficar-Convivendo*, namoram o general Spínola para que fosse efectuado um referendo com vista a uma autodeterminação e que o general os considerasse como uma força a ter em conta na tomada de decisões sobre Moçambique.

Manuel Gomes dos Santos por duas vezes se encontrou com o consulado norte-americano em Lourenço Marques. Deu a conhecer o programa do FICO e solicitou um empréstimo para «assistência financeira ao FICO». Para espanto do adido de defesa norte-americano, impõe condições ao seu pedido, porque «Moçambique não estava à venda» e «não aceitava condições que comprometessem a liberdade de decisão». O único comentário do consulado norte-americano é a constatação de que embora o «FICO se proclame multirracial, na sua direcção só existem brancos».

O FICO é inimigo confesso dos «Democratas», dos estudantes contestatários e de todos os que estivessem próximos da FRELIMO. Partilhavam ideias comuns com o Movimento Federalista Português, dirigido em Moçambique por Vasco Teixeira Alves Cardiga.

Enquanto estes movimentos políticos se digladiavam entre si, a Dr.^a Joana Simeão, como líder da FRECOMO, parte, nos finais de Junho, com Basílio Calisto Mokubule, dirigente do Congresso Nacional Africano de Moçambique, para Blantyre para se avistar com o outrora seu aliado, o presidente da COREMO, Paulo Gumané. Num encontro promovido pelo presidente Banda, em comunicado de 1 de Julho de 1974, Joana Simeão dá conta da aliança que a FRECOMO havia estabelecido com a COREMO e da chegada para breve do reverendo Uria Simango a Moçambique.

Por outro lado, Artur Vilankulos, dirigente da COREMO, que depois de 13 anos regressa a Moçambique, ao ser questionado

sobre a aliança com a FRECOMO afirma: «O passado é passado [...] temos ouvido falar muito da actividade da camarada Joana e chegamos à conclusão de que devíamos colaborar», apelando ao Governo português para não «cometer o erro de negociar a paz ou a independência de Moçambique só com uma das partes».

Em meados de Agosto forma-se o Partido da Coligação Nacional. Em conferência de imprensa realizada num hotel da Beira, a 24 de Agosto, Uria Simango divulga os quatro pontos do novo partido: um processo democrático sobre o «destino de Moçambique»; negociações com todas as partes; afirmação do multirracismo e um cessar-fogo, feito através de um convite à paz.

O processo de independência já se encontrava concluído entre o Governo português e a FRELIMO. A tentativa do PCN não peca só por ser demasiado tardia, mas também porque não encontra adesão. As razões são simples: a FRELIMO tinha, ao longo de doze anos, estabelecido uma credibilidade externa e conseguido ganhar a simpatia do povo moçambicano na causa pela independência. Soube manter a sua estrutura.

No momento da rendição do professor Marcelo Caetano aos militares, no quartel do Carmo, em Lisboa, o poder, em Moçambique, estava à mercê da FRELIMO.

«As mudanças inacreditáveis»

Para a comunidade internacional, o fim do regime de Caetano e os propósitos dos militares que assumiram o poder afirmando que a «solução do Ultramar era política e não militar» foi um alívio. Sobretudo para os aliados tradicionais de Portugal. A queda da ditadura punha termo à inconveniência cada vez maior de tratar nos diversos fóruns com o último reduto dos impérios coloniais. Por isso não tardou o reconhecimento do novo regime de Lisboa, pelos estados europeus, pelos EUA e o restabelecimento das relações diplomáticas com a URSS⁴⁵⁶.

A África reage de forma mais cautelosa, com exceção da África do Sul que sem demoras reconhece o novo poder⁴⁵⁷. A solução do golpe militar na vida política portuguesa, como forma de terminar as guerras africanas, era um dado adquirido por parte da polícia secreta do *apartheid*. O primeiro-ministro sul-africano B. J. Vorster⁴⁵⁸, no dia imediato ao golpe, afirmou que as mudanças em Portugal afectariam a África do Sul e que haveria que as *enfrentar*. Tanta celeridade do *apartheid*, *em face das*

A 29 de Abril, o Departamento de Estado envia um questionário ao embaixador de Portugal em Washington. Entre as várias questões estavam as «implicações na mudança em relação à política africana». O diplomata respondeu que o novo regime era favorável ao princípio da autodeterminação dos povos africanos. Telegrama do Departamento de Estado, de 29-4-1974, referenciado como P292131Z APR 74.

A 28 de Abril de 1974, através de declaração pública do ministro dos Negócios Estrangeiros da África do Sul, Dr. Hilgard Muller.

Afirmações proferidas no discurso de vitória eleitoral das eleições realizadas a 24 de Abril.

intenções dos novos governantes portugueses, suscitou dúvidas sobre os reais intentos anticoloniais de Lisboa. Apesar dessas suspeições, o posicionamento de Pretória mostrou-se benéfico para o processo de descolonização em Moçambique. Foi uma das agendas mais complexas do processo negocial e impôs um comportamento a Pretória, afastando-a de soluções belicistas, tão ao gosto dos falcões do Ministério da Defesa sul-africano, que se vêm a demonstrar pouco depois com a invasão de Angola.

As primeiras reacções dos países da OUA partem da Zâmbia. Na noite de 25 de Abril, Mark Chona janta na residência do núncio apostólico em Lusaka. E tem uma longa conversa com a embaixadora norte-americana, Jean Wilkowski, sobre o tema da noite: o golpe em Lisboa e os cenários que se poderiam desenhar para uma nova política africana⁴⁵⁹. Chona acreditava que o golpe seria uma saída política para as colónias portuguesas, terminando a escalada militar. Havia mesmo, durante a tarde, discutido acaloradamente o tema com o presidente Kaunda, traçando objectivos e os termos que seriam minimamente aceitáveis para que o novo Governo português pudesse iniciar negociações com vista à independência dos territórios africanos sob sua administração.

No dia seguinte o *Daily News*⁴⁶⁰, influente jornal que expressava habitualmente as opiniões do Governo de Lusaka, defendia que «o golpe de Estado em Portugal não era importante só na história de Portugal, mas também na história africana, pois representava um ponto de viragem na luta de libertação dos povos das colónias portuguesas». O seu autor era Mark Chona. Inteligentemente antevê o efeito em cadeia que se irá repercutir, a médio prazo, no fim do poder branco na África Subsariana. Haveria que imprimir uma dinâmica ao processo, porque o factor mais crítico

⁴⁵⁹ Telegrama da Embaixada dos EUA na Zâmbia, referenciado PR261510Z APR 74, com data de 26-4-1974.

⁴⁶⁰ Edição de 26-4-1974.

para «África não era o golpe em si, mas sim a urgente iniciativa que os países africanos independentes teriam que fazer [...] para que os ventos da mudança soprassem na direcção certa nas colónias portuguesas africanas». O diálogo com Lisboa deveria ser estabelecido de imediato⁴⁶¹. A Zâmbia, mais uma vez e com toda a força, oferece-se para ser a mediadora nas negociações à vista.

Nesse sentido, Mark Chona, fazendo jus à alcunha do «Kissinger africano», chama ao seu gabinete, a 3 de Maio, a embaixadora norte-americana para lhe transmitir, em nome do presidente Kaunda, a necessidade urgente de se iniciar o diálogo entre Spínola e os movimentos de libertação, de forma a não se perder a oportunidade de uma solução política e para prevenir a criação de um vácuo «no qual os soviéticos e os sul-africanos se pudessem mover em detrimento de futuros interesses, incluindo os dos portugueses». Com a ajuda do seu país, da Tanzânia e outros países africanos, seria possível obter um acordo com vista à autodeterminação. Chona adianta que já tinha contactado Samora Machel e que este «estava pronto a encontrar-se com o Governo de Spínola». Solicita a Washington que persuadissem Spínola a negociar e que desencorajassem uma intervenção sul-africana.

Na mesma data, em Dar-es-Salam, durante uma convenção selectiva dos Lions, o vice-presidente tanzaniano, Eelude Jumbe, afirma que nada faria parar as guerras nas colónias portuguesas senão a independência. Rejeita as teses de Spínola expostas no livro *Portugal e o Futuro*. As palavras ostensivas de Jumbe vêm a ser buriladas pelo director de África e Médio Oriente do MNE, Paul Rupia, que faz questão de afirmar ao embaixador norte-americano na Tanzânia que o presidente Nyerere estava disposto a usar a sua influência para que a FRELIMO negociasse com o novo Governo de Lisboa, no espírito do «Manifesto de

⁴⁶¹ O editorialista defende que deveria ser o presidente em exercício da OUA, o chefe de Estado da Nigéria, general Gowana, a tomar a iniciativa, para futuras negociações.

Lusaka»⁴⁶², mas que iria impor que os movimentos de libertação participassem nas negociações.

Coincidência ou não, também a 3 de Maio o presidente Banda entra na liça para se pronunciar sobre o novo poder em Portugal. Numa rara conferência de imprensa, afirma que esperava do novo Governo português «surpreendentes mudanças. Mudanças inacreditáveis». Questionado sobre o calendário dessas mudanças não especifica datas, mas astutamente afirma que a rapidez das mesmas poderiam ser influenciadas pelo seu país. Nesta fase, Banda recomenda que «era necessário paciência e contenção». E, para que não se duvidasse dos seus sentimentos anticoloniais, afirma que «havia dito no passado aos portugueses, cara na cara, que a sua política era um contra-senso»⁴⁶³. Acresce que para o primeiro presidente do Malawi, as relações com Portugal não seriam afectadas pelo golpe «tal como nos tempos dos governos de Salazar e Caetano». Um tremendo erro de análise.

No cômputo geral há uma profunda desconfiança dos dirigentes africanos sobre os propósitos da Junta militar que assumiu o poder em Portugal, acerca da única matéria que lhes interessa: o futuro das colónias portuguesas em África.

Este ambiente de desconfiança está patente numa conversa havida entre o embaixador norte-americano em Dar-es-Salam e o secretário executivo da OUA, brigadeiro Hashim Mbita, nos jardins da Embaixada da Holanda na capital tanzaniana⁴⁶⁴. O militar manifestava sérias apreensões quanto à agenda africana do general

O «Manifesto de Lusaka» foi um documento aprovado na V Cimeira de Alto Nível dos Estados da África Central e Oriental, a 15 de Abril de 1969. Foi confirmado pela ONU e pela ONU. Aceitava princípios de negociação para a resolução das questões coloniais no continente.

Daily News, de 4-5-1974.

Comemorava-se o dia nacional da Holanda. Na conversa juntaram-se o alto comissário britânico e o encarregado de negócios da Índia que alinharam na mesma atitude de confiança de um novo cenário que se iria definir, de acordo com o embaixador norte-americano.

Spínola em relação à política africana. Receava que os «colaboradores africanos nas colónias negociassem com os portugueses afastando os movimentos de libertação». Mbita afirma que não se deveria esperar muito tempo para que Portugal apresentasse uma solução credível, pelo que a OUA continuaria a pressionar.

No espírito de manter a liderança do processo negocial e sabendo das boas relações entre Portugal e o Malawi e do plano arquitetado com o Eng.º Jardim, Kaunda faz, a 7 de Maio, uma curta visita ao Malawi para trocar impressões com Banda. Este faz do encontro uma visita de Estado. Era uma rara oportunidade para o reconhecimento africano da sua política. As ruas da cidade de Blantyre foram engalanadas a preceito. Uma multidão previamente organizada, alinhada nas ruas, dava as boas-vindas a Kaunda. No final, comentando a visita, Banda⁴⁶⁵ afirma que a iniciativa da visita tinha partido do presidente Kaunda. Afasta sem convicção a possibilidade de que o seu propósito tenha sido abordar «a mudança do Governo em Lisboa», até porque esse «era principalmente um assunto dos portugueses e, como tal, um assunto da sua exclusiva competência». No entanto, afirma que «nós, no Malawi, não podemos estar indiferentes aos acontecimentos em Portugal, até porque estamos cercados por Moçambique. Além do mais as linhas de fronteiras eram artificiais, pois foram criadas pelo colonialismo». Alusão clara a pretensões territoriais, caso a solução política para Moçambique fosse retalhar o país.

O activo Mark Chona, a 27 de Maio, avista-se novamente com a embaixadora norte-americana em Lusaka para lhe apresentar um programa de dez pontos, que resultava da reunião conjunta dos chefes de Estado da Tanzânia, da Zâmbia e do Zaire sobre o processo de negociações com os movimentos de libertação. No caso de Moçambique, não aceitam a realização

Daily News, de Blantyre, na sua edição de 8-5-1974.

de um referendo e desvalorizam a COREMO e o GUMO, como eventuais alternativas à FRELIMO. No entanto, Mark Chona frisa que o FICO era um movimento perigoso. E não se enganou.

Chona apela aos EUA para que «apreciem as qualidades de Samora Machel como líder». Descreve-o como um homem modesto, humilde, simples, forte em fibra moral e em princípios, caso contrário os presidentes Nyerere e Kaunda não lhe dariam apoio. E defende que a FRELIMO «não era só uma organização militar e respeitável oponente ao exército português, mas também um partido político com real sentido de missão e de organização capaz de governar Moçambique numa base democrática». Enfatiza o humanismo de Machel que recusou executar agentes infiltrados na organização, contrariamente à COREMO que havia morto seis civis a sangue-frio, em território zambiano.

Machel é descrito como não-comunista e insusceptível de sofrer influências, russas ou chinesas. Que os chineses eram mais espertos porque jogavam no sistema e os soviéticos nas pessoas.

A uma pergunta do embaixador sobre se os brancos eram tidos como potenciais inimigos, Chona respondeu que várias vezes Kaunda tinha colocado a Machel a necessidade de integrar brancos no Governo, tal como a Zâmbia tinha feito após a independência. Samora era um apologista de uma sociedade multirracial.

Quanto à COREMO e ao GUMO tinham mais interesse em publicidade do que em acção. Mark Chona pede ao embaixador que transmita a necessidade de os EUA, através da Embaixada de Dar-es-Salam, iniciarem contactos com os líderes da FRELIMO.

As outras forças e Lusaka, uma situação irreal

Hoje, passados mais de trinta anos sobre as conversações de Lusaka, surgem muitas interrogações. Porque razão as Nações Unidas não tiveram um papel activo no processo negocial? Como explicar, no contexto da Guerra Fria, que os EUA estivessem ausentes do processo negocial, sabendo que o resultado seria o reforço da URSS na África Austral? Quais as razões que levaram a que a África do Sul do *apartheid* fizesse orelhas moucas às propostas de Ian Smith para invadir Moçambique e «parti-lo a sul do Zambeze»? Como é que um aliado natural de Portugal, o Malawi, se tornou um «país quase inimigo», quebrando-se as relações diplomáticas, numa atitude rara na história da diplomacia portuguesa? Como se justifica que as negociações tivessem apenas envolvido o Governo português e a FRELIMO, excluindo todas as outras forças políticas do xadrez moçambicano? Estas e muitas outras questões devem, em abono da história, ser suscitadas. O tempo permite dar algumas respostas para a sua compreensão.

Desde logo, afaste-se a teoria, que estranhamente tem ganho adeptos, de que o golpe militar do 25 de Abril se tratou de uma conspiração preparada pela URSS com o objectivo de se apoderar de Portugal e das suas colónias. Para além de não corresponder aos factos, não se adaptava à agenda soviética africana do então presidente Brejnev. A importância de África era,

para Moscovo, de natureza limitada. Mesmo no que se refere a Angola, a partir de 1975, sabe-se hoje que foi precipitada com a intervenção cubana a pedido do MPLA, sem que os dirigentes do Kremlin a tivessem aprovado.

A razão por que as negociações para a independência de Moçambique tiveram lugar entre o governo português e a FRELIMO, excluindo outras forças políticas moçambicanas, parece-nos suficientemente explicada nos capítulos anteriores. Havia muitas agendas, mas no plano prático nenhuma acção. Num país em guerra, a paz discute-se entre os beligerantes e não com outras forças. Para além de que a FRELIMO estava, no plano internacional, reconhecida quer pela OUA quer pelas Nações Unidas.

Foi neste pressuposto que à chegada a Lusaka para dirigir as primeiras conversações o Dr. Mário Soares afirma: «O único partido com o qual há que negociar é o partido que toma parte na luta. Isso é apenas realismo. Para acabar com uma guerra é preciso chegar a acordo com aqueles que fazem a guerra.»⁴⁷⁸

A COREMO e as negociações

Analise-se a forma como a COREMO, a mais antiga e mais bem estruturada organização, reagiu a esta nova conjuntura. Aquando do golpe em Portugal, Faustino Kambeu, secretário da Informação da COREMO⁴⁷⁹ afirmou que era «muito cedo para entender convenientemente o que aconteceu em Portugal, mas esperava que o golpe fosse um primeiro passo para a democracia. Aguardo que o novo Governo torne públicos os seus pontos de vista sobre a política colonial para fazer juízos». Sobre a participação em conversações, Kambeu afirma que a COREMO não participaria em nenhuma negociação, «a não ser que significasse

⁴⁷⁸ *Diário de Notícias*, de 6/6/1974.

⁴⁷⁹ Telegrama da Embaixada dos EUA, referenciado R271200ZAPR74, de 27-4-1974.

a independência». Na mesma linha, a 8 de Maio, a COREMO, emite um comunicado relativo ao apelo de cessar-fogo lançado pelo general Costa Gomes. A sua aceitação significava a rendição dos guerrilheiros. «O cessar-fogo não deve ser resultado de contactos cordiais e não pode ser uma condição para negociar.» O problema é o desfasamento entre as palavras e a realidade, na medida em que esta organização deixou praticamente de realizar qualquer actividade militar em Moçambique. Nem conseguiu nunca implantação no terreno. Os comunicados emitidos passam a ter o mesmo impacto que os proferidos por outras dezenas de partidos que quase diariamente se constituem.

Valentim Sithole, dirigente da COREMO, baseada em Lu-saka, foi inquirido por elementos dos serviços de informação norte-americanos durante a curta estada do Dr. Mário Soares. Dá conta de que «não havia qualquer plano para se encontrarem com Mário Soares, durante a sua permanência em Lusaka.»⁴⁸⁰ Entrevistado por vários jornalistas, afirma que a sua organização defendia um referendo para decisão do futuro de Moçambique e estava pronta para negociações em qualquer lugar, «mesmo até em Lisboa», mas que não havia recebido qualquer contacto de Portugal. Das declarações iniciais de continuar a guerra, em menos de trinta dias, passa a admitir a realização de um referendo.

Em benefício da verdade se diga que bem tentaram alguns dirigentes da COREMO, junto de algumas chancelarias, mudar esta percepção. A 23 de Maio, o Dr. Artur Vilankulos, representante da COREMO nos Estados Unidos, tem um encontro, a seu pedido, com funcionários do Departamento de Estado em Washington⁴⁸¹. Para evitar dúvidas leva consigo uma credencial. Transmite-lhes que já havia estabelecido contactos com Portugal

Telegrama da Embaixada dos EUA na Zâmbia, referenciado PR051544Z JUN 74, de 5-6-1974.

Telegrama do Departamento de Estado, referenciado PR242029ZMAY74, de 24-5-1974.

e que a COREMO se mostrava disposta a aceitar o mecanismo do referendo, ou outro processo democrático de transferência de poderes. Questionado sobre a real implantação no terreno deste grupo, Vilankulos dá a resposta que se esperava: que eram muitos populares.

A sempre pequena secção africana do Departamento de Estado, por muita desatenta que pudesse estar à situação em Moçambique, decide tirar dúvidas e, para isso, solicita às suas missões diplomáticas informações sobre a COREMO. E as respostas não tardaram. Primeiro do embaixador norte-americano na Tanzânia⁴⁸² para quem a COREMO «era considerada como uma organização ineficaz, com o mínimo de apoio em Moçambique». Depois, o consulado de Lourenço Marques⁴⁸³, informa que «os serviços de informação nunca tinham considerado a COREMO como séria», e «não encontramos evidências da sua actividade em Moçambique, excepto em ataques esporádicos». E cita a Dr.^a Joana Simeão, nas suas diversas visitas e chamadas telefónicas: «Paulo Guma-ne, presidente da COREMO, poderia ser um bom presidente do GUMO, em vez de Máximo Dias. Mais tarde abandona a ideia ao lembrar-se da fraqueza de Gumane por bebidas fortes.»

Também o embaixador norte-americano em Lusaka responde. A capital da Zâmbia, Lusaka, era a Casablanca dos anos setenta. Nela se encontravam representados quase todos os movimentos de libertação africanos. Acumulam-se os agentes secretos de vários países com interesses regionais. Frequentam os mesmos locais de encontro, sobretudo os bares dos hotéis, à procura de informações. Esse número aumenta à medida que Lusaka, devido à acção do seu presidente, se transforma em local

Telegrama da Embaixada dos EUA na Tanzânia, referenciado R 270935ZMAY74, de 27-5-1974.

Telegrama do Consulado de Lourenço Marques dos EUA, referenciado R301230Z MAY74, de 30-5-1974.

de negociações. O diplomata norte-americano, revela que «tem mantido contactos discretos com todos os movimentos de libertação, incluindo a FRELIMO e a COREMO» e destaca o papel do representante da FRELIMO, Mariano Matsinhe, e o respeito que os outros movimentos de libertação tinham por ele. Sobre a COREMO comenta que o seu «apoio na Zâmbia seria de 30 a 40 elementos» e que do seu ponto de vista «a COREMO é uma organização virtualmente moribunda que continua a existir somente devido à personalidade vibrante de Gumane e do apoio financeiro de Mobutu do Zaire»⁴⁸⁴.

Para o Departamento de Estado em Washington, a COREMO era um dado fora das negociações. A sua única preocupação passa a ser ocultar os diversos contactos que foram mantendo com Paulo Gumane.

A corrida vertiginosa de Joana Simeão

Enquanto decorriam as conversações entre a FRELIMO e o Governo português, o presidente da COREMO, acompanhado de Faustino Kambeu, encontrava-se no Malawi havia mais de duas semanas. Aparentemente esperavam ter um encontro com o embaixador português naquele país. Mas a principal razão não era essa. Deriva dos propósitos do Dr. Banda ao ver-se afastado do processo negocial. Ele que sempre foi tão amigo do Governo de Lisboa vê-se preterido em favor de Kaunda.

Banda entendeu que o Eng.º Jorge Jardim, ao adquirir o estatuto de *persona non grata* para o novo poder de Lisboa, tinha de mudar. A 27 de Maio⁴⁸⁵ chama ao seu palácio, em Blantyre, construído no estilo de uma mini-Versalhes e decorado em grande

Telegrama da Embaixada dos EUA na Zâmbia, referenciado R182127Z JUN74, de 18-6-1974.

Ofício n.º 5139, de 30-5-1974, «muito secreto» do Ministério dos Negócios Estrangeiros.

parte à custa do erário português, o encarregado de negócios de Portugal. Para além de o informar que o Malawi iria conceder o direito de asilo ao Eng.º Jardim e manifesta-lhe as suas apreensões com a falta de segurança da sua Embaixada em Lisboa, como habitual, deixa a matéria principal para o fim da conversa. Informa que uma delegação da COREMO se encontrava no Malawi, pedindo os «bons ofícios do Governo do Malawi» para regressar a Moçambique e reafirma a sua disponibilidade ao Governo português «para quaisquer contactos julgados úteis no ou através do Malawi».

No dia seguinte, o encarregado de negócios caminha novamente para o palácio presidencial, em cumprimento das instruções que havia recebido de Lisboa. Depois de transmitir que por parte do seu Governo «só há razões para se considerar que se abrem novas perspectivas de boas relações», mensagem que deixou Banda exuberante, é a sua vez de apresentar a má notícia: «a estranheza pelo facto de o Eng.º Jardim não ter sido advertido pelo Governo do Malawi no sentido de se abster de atitudes que podem comprometer as relações entre os dois países». O Dr. Banda não faz qualquer comentário e solicita que, através dos seus ministros Mwalo e Ngwiri, o mantivessem informado sobre a situação política em Portugal. A pretensão do regresso de elementos da COREMO a Moçambique não é comentada. Este terá sido o último encontro amistoso entre a representação diplomática portuguesa e o Governo do Dr. Banda, que se sente cada vez mais isolado.

Quem não fica pelos ajustes, para aguardar eventuais actividades da COREMO, é a polícia zambiana. Nos inícios de Junho prende vários dirigentes, apreende as poucas armas e encerra as pequenas bases localizadas próximo da fronteira moçambicana. Fanuel Malhuza, secretário da Informação deste movimento, relata esta situação durante um encontro na Embaixada dos EUA,

em Lusaka, a 12 de Julho⁴⁸⁶. O próprio Mahluza havia sido detido pelos serviços de informação da Zâmbia, a 12 de Junho. Escapa, atravessando a fronteira para o Malawi, para se avistar com Gumane. De regresso a Lusaka, será novamente detido a 2 de Julho, mas sempre lesto consegue escapar da esquadra nesse mesmo dia. E aproveita para realizar mais um encontro com a diplomacia norte-americana. Informa-as da nova estratégia adoptada pela COREMO: a formação de uma frente política com aliados internos. Esta estratégia desenhada depois de visitas de Paulo Gumane à Suazilândia e ao Malawi, onde se avistou não só com alguns chefes tradicionais, mas também com a sua antiga companheira, a Dr.^a Joana Simeão. Aliança apadrinhada pelo Dr. Banda. Joana Simeão em 28 e 29 de Junho encontra-se em Blantyre. Havia deixado o GUMO, em sérias desavenças com o Dr. Máximo Dias, formando a FRECOMO. Tem encontros com o presidente Banda e com Paulo Gumane. A Dr.^a Simeão exige que Gumane regressasse rapidamente a Moçambique. Ambos têm a exacta noção de que é necessário encontrar um líder negro para liderar a oposição à FRELIMO. Com algum passado. Manifesta a sua intenção de realizar um congresso em Nampula, em que seria constituída a frente comum contra a FRELIMO. Tal intuito será diversas vezes anunciado pela própria Joana Simeão, apostando numa base de apoio étnica a que ela pertencia. Nunca será realizado. No encontro acima referenciado foi decidido enviar Artur Vilankulos, ex--locutor da *Voz da FRELIMO* a Moçambique. A inesperada recepção pública em Lourenço Marques, com a imprensa previamente avisada, revela-se suficiente para que o Dr. Vilankulos entenda a falta de maturidade e a incapacidade da Dr.^a Simeão guardar um segredo. A forçada aliança passa a ser minada por desconfianças.

Telegrama da Embaixada dos EUA na Zâmbia, referenciado R151500Z JUL74, de 15-7-74.

Entre a chegada de Vilankulos à Beira e meados de Julho seguirão para aquela cidade 23 elementos da «nova COREMO». Seriam integrados na MUNIREMO, Movimento para a Unificação e Conciliação de Moçambique, cujo líder era Pedro Mondlane. Uma cópia, de cor e sentido inverso dos «Democratas de Moçambique», relativamente à FRELIMO. Procuram cativar alguns dos «partidos dos brancos», nomeadamente a «Convergência Democrática», para integrarem essa frente.

Começa-se a desenhar um contorno internacional de apoios a esta frente não declarados mas assumidos. Envolvem o Malawi, a Suazilândia e o Quénia. Com o patrocínio à distância do Zaire, porque Mobutu reserva energias para a questão angolana. Comentando o apoio malawiano, Paulo Gumane desabafa: «O Malawi está a encorajar uma maior cooperação entre os grupos moçambicanos, mas a sua posição está longe de ser clara.»⁴⁸⁷ Modo astucioso de Kamuzu fazer política.

No meio deste cenário, já tão cheio de actores, é chegada a vez do rei Sobhuza II, da Suazilândia, entrar em cena: monarca já de avançada idade e com um séquito de dezenas de legítimas esposas. Envia, a 20 de Maio, uma delegação a Dar-es-Salam para se encontrar com a direcção da FRELIMO. O pequeno reino faz fronteira com Moçambique. Convinha estabelecer relações de boa vizinhança com o anunciado novo detentor do poder em Moçambique. Aproveitam para lembrar uma antiga reclamação territorial sobre a zona de Maputo. Pretensão que estragou a visita. Enclausurado num regime político obsoleto, o velho monarca africano volta-se para Spínola, enviando-lhe uma mensagem de apoio. E a 23 de Maio recebe a Dr.^a Joana Simeão. O seu reino passa nos meses de Junho a Agosto a ser o local favorito para os encontros conspirativos. Bem próximo

⁴⁸⁷ Telegrama da Embaixada dos EUA, no Malawi, para o secretário de Estado, referenciado R081201OZ.

da capital moçambicana, país agradável (com manifesto exagero chamada a Suíça africana), tinha uma boa rede de hotéis e um casino, destinados aos sul-africanos, que estavam proibidos de jogar, de manterem relações interracialis, pela falsa moralidade do *apartheid*.

Uma alargada e pouco discreta assembleia magna tem lugar de 15 a 17 de Julho, com a presença de mais de 250 pessoas, em Mbabane, cidade da Suazilândia. A sua promotora foi a Dr.^a Simeão. Semanas antes realizara um périplo europeu, tendo-se encontrado com António de Spínola e Costa Gomes, membros da Junta de Salvação Nacional. Poderia parecer, com o participado encontro de Mbabane, que a estratégia urdida por Joana Simeão estava a dar frutos. Só que antigas desavenças, desconfianças e líderes a mais, conduzem a um fracasso.

Os tempos irrealis

A 25 de Julho⁴⁸⁸, Joana Simeão, sempre activa, está novamente na Suazilândia e pede auxílio à Embaixada norte-americana para lhe promover «encontros secretos» com o chefe Buthelezi, pois esperava encontrar-se com o bispo Muzorewa do Zim-babwe. A «frente interna» procura alianças com forças externas. Reclama o apoio de três milhões de macuas e critica abertamente Paulo Gumane por não regressar a Moçambique «onde a acção é precisa». Informa que a persistir este comportamento, a direcção da FRECOMO será dada a Uria Simango, como virá a acontecer.

Nesta frenética actividade, a Dr.^a Simeão intensifica as suas visitas e telefonemas ao consulado norte-americano em Lourenço Marques. Pretende o apoio dos Estados Unidos. Reservado,

⁸⁸ Telegrama da Embaixada dos EUA, na Suazilândia, referenciado como R261420Z' JUL74, de 26-7-1974.

o cônsul emite a seguinte opinião para Washington⁴⁸⁹: «Não acredito no interesse dos EUA em se identificar ou dar apoio a Joana Simeão, sobretudo depois dos ataques frontais ao Governo Provisório [...] pessoas com quem falei quer em Lourenço Marques quer em Nampula entendem que Joana Simeão está totalmente desacreditada (as alegações do seu passado e das relações com a PIDE/DGS não lhe são abonatórias), que é uma oportunista, sem apoio significativo por parte dos macuas, que falsamente diz que os representa e que ela está a acirrar potenciais e perigosas animosidades tribais.»

A Dr.^a Joana Simeão havia-se transformado numa autêntica corredora de Fórmula 1.0 que faz correr Joana Simeão com tanta velocidade? Provavelmente era o propósito de fazer uma frente única opositora à FRELIMO, permitindo-lhe ocupar um lugar de destaque e consequente capacidade para espaço de manobra. Mais uma vez desiludida com Gumane volta-se definitivamente para Uria Simango, que aceita regressar a Moçambique. Contacta o seu velho companheiro Lázaro Kavandame, também ele dirigente de um partido — UNIPOMO. Sem resultados.

No meio desta confusão de alinhamentos desalinados, quem também decide formar um partido é o Dr. Miguel Murupa — o MONIPOMO. Desconhece-se-lhe qualquer actividade. Era sobretudo a marcação de «homem a homem» a Joana Simeão, uma vez que Murupa não partilha dos planos da Dr.^a Simeão. Com alguma fleuma britânica, o cônsul norte-americano comenta esta dança agitada, de cada um bailando a sua música: «A situação política continua muito fluida e algumas vezes parece irreal.»⁴⁹⁰

Telegrama do consulado dos EUA em Moçambique, referenciado como R011340ZJUL 74, de 1-7-1974.

Telegrama do consulado dos EUA em Moçambique, referenciado como R121410ZJUL 74, de 12-07-1974.

Cessar-fogo camaradas

Enquanto as forças de oposição se desgastam em viagens e a tentar criar alianças sem resultados, a 1 de Julho a FRELIMO abre a Frente da Zambézia, comandada pelo general Bonifácio Gruveta. No mesmo dia as FPLM atacam a povoação de Murraça, na província de Sofala. Era a extensão da guerra como Machel o havia anunciado, ocupando terreno, se bem que a abertura daquela frente já estivesse prevista. Era uma afirmação clara de que a FRELIMO iria continuar a luta armada. Um aviso sério ao novo Governo de Lisboa, que se debate com a consolidação da democracia, desgastando-se em políticas internas.

Comentando esta situação, o jornal semanal da base da FRELIMO de Tunduru, de 21 de Julho⁴⁹¹, regista a seguinte análise sintomática da percepção da realidade. Em Portugal reina a confusão, isto é, o Governo português é constituído por elementos com opiniões diferentes e, portanto, aumenta mais a confusão, nós moçambicanos abrimos mais uma frente de luta armada no nosso país.»

Samora Machel aproveita a abertura da nova frente, para a 6 de Julho, mandar mais alguns recados. Apela à unidade nacional e ataca o colonialismo, agora «mascarado de democrata e humano», afirmando que se «o Governo português [...] deseja restabelecer a paz e engajar-se na via que conduzirá ao estabelecimento

⁴⁹¹ Policopiado com o n.º XVIII.

de relações de amizade e cooperação entre os nossos países, deverá aceitar as bases para a solução do conflito [...] e reconhecer que a paz é inseparável da independência nacional».

O cenário de guerra em Moçambique complica-se, assumindo novos contornos. Se, de um lado, passa a haver a motivação de que «a vitória é certa», do outro, a desmotivação era crescente. Os soldados do exército colonial recusavam-se a combater. Os fuzileiros estacionados no Chire, na província da Zambézia, não obedeciam a ordens de combate. Recrutadas de Boane, a poucos quilómetros da capital, recusavam ser destacados para as frentes de combate. E nada lhes acontecia. Começaram a ser criadas, por todas as frentes de combate, situações de cessar-fogo acordadas entre as próprias unidades. Na sua edição de 28 de Julho, o *Noticias* dá conta da realização de um comício nos subúrbios de Tete, dirigido pelo comandante Raimundo, guerrilheiro da FRELIMO, que «após o comício foi convidado a visitar a cidade, tendo sido transportado em viaturas de residentes na cidade».

Na frente da Zambézia os combates são de curta duração. A 27 de Julho, na vila de Milange, entram dois camiões transportando soldados das FPLM em festa. O médico Óscar Monteiro organiza, na sua casa, uma reunião de apresentação dos elementos da FRELIMO, estando presente Bonifácio Gruveta, comandante da Frente da Zambézia. A guerra, como tal, estava acabada de parte a parte.

Mesmo a tropa de elite, como os GE, criada entre outros fins, para ser um instrumento armado de uma possível solução, de golpe independentista, onde deveria existir uma consciência nacionalista está um estado de depressão. Em relatório de 14 de Julho de 1974⁴⁹², regista-se uma apreensão sobre o futuro destes soldados e a constatação de que «baixaram de rendimento» e de que «esta situação se manterá nos próximos meses».

⁴⁹² Relatório n.º 938/E/74, da Região Militar de Moçambique, depositado no Arquivo Histórico Militar de Lisboa.

Um relatório do COFI, de Julho de 1974, assinala «Incontrolada a situação por parte dos comandos locais [...] consequência do estado de espírito das tropas, reflexo de uma deturpada mentalidade criada após o Movimento das Forças Armadas de 25 de Abril de 1974 e da insidiosa campanha promovida pela imprensa e Rádio de Moçambique que se julga desnecessário pormenorizar [...] Fraqueza de comando perante um avolumar de imposições por parte dos subordinados, abandono de missões cometidas, reuniões descaradas por parte de elementos preponderantes no seio dos quartelamentos tendentes à recusa ao combate contra um inimigo que todos os dias os mata.» Era a conclusão da impotência na continuação de uma guerra.

A representação do Movimento das Forças Armadas em Moçambique era considerada, entre as três colónias em guerra, a mais fraca, antes da eclosão do golpe. Mas em breve se torna a mais radical, pressionando as autoridades dos Governos Provisórios em Lisboa a tomarem soluções definitivas, sem espaço para manobras ou para recuos. A Comissão Coordenadora do MFA em Moçambique reúne-se na Beira, a 22 de Julho, e envia um telegrama de conteúdo dramático aos seus superiores hierárquicos: a situação militar tinha duas alternativas ou «o reconhecimento imediato do direito à independência e reconhecimento da FRE-LIMO como legítimo representante do povo de Moçambique», ou a «independência resultante de colapso militar». Era um ultimato de um colapso que não convinha a ninguém. Nem mesmo à FRELIMO. Dão conta de que os «comandantes das companhias operacionais dos sectores de Cabo Delgado e Tete deporem as armas se até ao fim do mês não forem anunciadas negociações».

Havia sido divulgada uma mensagem para todos os quartelamentos instruindo «todos os comandos tentar criar condições locais passíveis ao cessar-fogo na sua zona. Para o feito lançarão campanha de panfletos, cartas deixadas no mato». Era o cessar-fogo de facto.

E, em tom dramático, continua o referido comunicado: «Em face destes dois cenários exigem que a necessidade imperiosa de anunciar desde já a data de negociações e firme propósito de encontrar o cessar-fogo [...] Assim o Governo Provisório não deve ficar surpreendido se a partir dos inícios mês de Agosto unidades operacionais façam entrega de armas à FRELIMO negando tempo para encontrar solução óptima problema de Moçambique.»⁴⁹³

Com esta situação de terreno militar, pouco mais restava aos políticos do que encontrar alguma forma de entendimento. Face ao impasse negocial a que se chegara, a FRELIMO decide atirar uma pedrada no charco. Foi a tomada de Nametil.

O significado da queda Nametil

Rompia a manhã a 1 de Agosto de 1974, no aquartelamento do exército colonial, chamado de «Ornar», mas cuja verdadeira designação era Nametil. Estava no seu comando interino o alferes José Carlos Monteiro. Para eles, certamente, a guerra já tinha acabado, perdidos num ermo de Cabo Delgado, com uma vista monótona para a fronteira com a Tanzânia. Havia mesmo começado a destruir algum material, pois estava previsto o seu encerramento. Ignoravam que eram, há muito, objecto de especial atenção, e que iriam ficar registados na história.

Em Naschingwea, face ao impasse negocial, depois das falhadas negociações de Junho, era necessário realizar uma acção capaz de acelerar a marcha dos acontecimentos. Escolhe-se o posto de Ornar. Estudam-se as suas envolventes e chega-se mesmo a fazer uma maqueta do aquartelamento. Ou a operação resultava em pleno ou as suas consequências poderiam ser sérias e reacender a guerra, quando da parte de uma das partes existe um estado de cessar-fogo. Samora Machel, pessoalmente, estabelece a tática. E recomenda, com alguma estranheza para alguns, que a acção seja gravada em som e imagem. A 31 de Julho as forças da FRELIMO, as FPLM, tinham cercado por completo o aquartelamento. Inclusivamente colocado artilharia. Era responsável por esta operação no terreno o comandante Salvador Mtu-muke. Bem próximo do local, numa montanha, encontravam-se, em atenta observação, o adjunto do Departamento de Defesa,

Alberto Joaquim Chipande, assim como o comandante do departamento de Defesa de Cabo Delgado, Raimundo Pachinuapa. Tinham instalado um sistema de comunicações entre a frente de operações, a base de comando e a Tanzânia, onde Samora Machel aguardava com grande impaciência o desenrolar do plano estabelecido.

Quando rompe a aurora do primeiro dia do mês de Agosto de 1974, os cento e quarenta soldados do aquartelamento de Nametil são acordados por megafones solicitando a sua rendição. Todos estes pormenores da tomada de Nametil foram gravados. A guarnição militar rende-se. Cento e quarenta homens são feitos prisioneiros e três conseguiram fugir. Seguirão para a Tanzânia, onde chegam a 6 de Agosto. Independentemente da controvérsia, se a rendição resultou de um equívoco ou simplesmente da tomada de decisão mais sensata do seu comandante de não combater, face à situação política que se vivia e mesmo tendo em causa a desproporção do equipamento e das armas, a tomada do quartel de Nametil não pode deixar de ser mencionada pelos reflexos que teve. Mais do que uma vitória militar era uma vitória política.

O presidente Spínola, com condição para uma ronda negocial, que se inicia a 15 de Agosto, em Dar-es-Salam, exige que a FRELIMO apresente desculpas pelo ocorrido em Ornar. Samora que engenhosamente tivera a percepção de tudo gravar, faz com que a delegação chefiada por Melo Antunes escute essa gravação. O que foi suficiente.

O que se passou a 1 de Agosto, nesse aquartelamento, poder-se-ia passar em qualquer outro ponto do país. Havia, da parte do exército português, a total falta de vontade de dar mais um tiro e muito menos de continuar uma guerra. Há factos indesmentíveis dessa realidade. O próprio general António de Spínola o admite

e escreve que a tomada de Omar era «uma arma decisiva»⁴⁹⁴ para Samora Machel na mesa de negociações. De militar para militar efectivamente assim o foi.